



“++””

# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

## VOTAÇÃO:

☒ Aprovado ☐ Rejeitado

Por: TODOS

Em: 12 / 8 / 24

Vereador José Roberto Reis Filgueiras  
Presidente da Câmara

## ENCAMINHAMENTO:

Of. CMU. 212

Em: 13 / 8 / 24

## REQUERIMENTO N.º 342/2024

*Requer ao Executivo informações sobre  
o cumprimento da Lei Municipal n.º  
5.080/2023.*

Senhor José Roberto Reis Filgueiras  
Presidente da Câmara Municipal de Ubá

O vereador que abaixo assina requer, na forma regimental e nos termos do Art. 52 da LOM, o envio de correspondência ao Prefeito Municipal, Sr. Edson Teixeira Filho, para reiterar a solicitação de informações no que diz respeito ao cumprimento da Lei Municipal n.º 5.080/2023, que dispõe sobre a obrigatoriedade da COPASA apresentar relatórios bimestrais a respeito de obras em andamento e concluídas, obras previstas para os próximos dois meses indicando os logradouros do município e, em caso de descumprimento, quais as medidas adotadas pelo Poder Público, sobretudo para a execução da multa prevista na referida lei.

Assim, na expectativa de contar com o apoio dos nobres pares, firma.

Plenário “Vereador Lincoln Rodrigues Costa”, da Câmara Municipal de Ubá, aos 12 dias de agosto de 2024.

**VEREADOR JOSÉ DAMATO NETO**  
(Professor José Damato)



04/08/2024

Número: **5004395-13.2024.8.13.0699**

Classe: **[CÍVEL] PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Cível da Comarca de Ubá**

Última distribuição : **02/05/2024**

Valor da causa: **R\$ 50.000,00**

Assuntos: **Defeito, nulidade ou anulação**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes   | Advogados  |
|--|--|
| COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS<br>COPASA MG (AUTOR) |  |
|  | MARCIO JOSE FIRMINO (ADVOGADO)<br>RAFAEL EUGENIO DOS SANTOS QUIRINO (ADVOGADO) |
| MUNICIPIO DE UBA (RÉU/RÉ)                                    |  |

| Documentos  |                    |           |         |
|-------------|--------------------|-----------|---------|
| Id.         | Data da Assinatura | Documento | Tipo    |
| 10241464113 | 11/06/2024 07:55   | Decisão   | Decisão |



## PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de / 1ª Vara Cível da Comarca de Ubá

PROCESSO Nº: 5004395-13.2024.8.13.0699

CLASSE: [CÍVEL] PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO: [Defeito, nulidade ou anulação]

AUTOR: COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG

RÉU/RÉ: MUNICIPIO DE UBA

### DECISÃO

Vistos etc.

Pretende a parte autora a suspensão dos efeitos da Lei Municipal nº 5.080/2023.

O deferimento da tutela de urgência pressupõe a demonstração da probabilidade do direito bem como a comprovação do perigo de dano ou de ilícito, ou ainda, do comprometimento da utilidade do resultado final que a demora do processo pode causar.

A propósito dispõe o art. 300 do CPC: "Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo".

A probabilidade do direito ou *fumus boni iuris* constitui a plausibilidade da existência do direito invocado pela parte, cabendo ao juiz avaliar a existência de elementos que sustentem a conjuntura fática invocada por ela.

O deferimento da medida também demanda a existência de elementos que evidenciem o perigo de dano que pode advir da demora da prestação jurisdicional, comprometendo a efetividade da jurisdição e a realização do direito, causando à parte um dano irreversível ou de difícil reversibilidade.

Cumulativamente com o preenchimento dos citados pressupostos, necessário que os efeitos da tutela de urgência deferida sejam reversíveis, considerando que sua concessão é se dá com base em juízo de cognição sumária, consoante preceitua o art. 300, § 3º do CPC.

O texto constitucional é claro em delimitar a competência dos Municípios para tratar de assuntos de seu interesse local, sendo que a competência para legislar sobre o serviço público de fornecimento de água é do município, vejamos:

Art. 30. Compete aos Municípios:





I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber; (Vide ADPF 672)

[ . . . ]

V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

Sobre o alegado vício de iniciativa do projeto de Lei que deu origem ao ato impugnado, o e. TJMG já entendeu que a iniciativa de lei exclusiva do Chefe do Executivo prevista no art. 61, § 1º, II, b, da Constituição Federal (CF), somente se aplica aos Territórios federais. Destarte, em princípio, não há vício de iniciativa em projeto de lei apresentado por Vereador que trata sobre a prestação de serviços públicos, aplicando-se, no caso, o caput do art. 61 da CF(TJMG - Apelação Cível 1.0000.19.102039-5/001, Relator(a): Des.(a) Oliveira Firmo , 7ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 10/12/2019, publicação da súmula em 16/12/2019).

Também não vislumbro afronta à Lei Orgânica Municipal que em seu citado artigo 181 dispõe que as entidades prestadoras de serviço público são obrigadas, pelo menos uma vez por ano, a prestar contas. E no artigo 95 que o Prefeito anualmente prestará contas de obras e serviços ao legislativo municipal.

Quanto ao termo "obra", não o considero genérico e capaz de gerar dificuldade de cumprimento da Lei pela parte autora.

A norma vem no sentido de dar transparência ao cumprimento do contrato que a autora tem com o Município e permitir uma fiscalização eficaz, não só pelo legislativo, como pelos cidadãos que poderão confrontar as informações prestadas pela autora e a realidade.

Aquele que como a parte autora presta serviço público essencial deve se submeter a fiscalização e para que ela ocorra é necessário que haja transparência, esse o objetivo da norma impugnada, que não me parece, após uma análise inicial, inconstitucional, material ou formalmente.

Acrescento que a parte autora, se não tem, deveria ter controle das obras realizadas, em andamento e por realizar, pois é o mínimo de organização que se exige dela, para bem desempenhar o seu mister.

Nesta toada, não vejo que o compartilhamento com o legislativo desses dados lhe causa prejuízo.

Ante o exposto, por não vislumbrar probabilidade do direito alegado e risco de dano para a parte autora, indefiro o pedido de tutela de urgência.

Cite-se a parte ré para, querendo, apresentar resposta no prazo legal.

Ubá, data da assinatura eletrônica.

FELIPE TEIXEIRA CANCELA JR

Juiz(íza) de Direito

1ª Vara Cível da Comarca de Ubá

